

Qual o problema do Brasil?: pensamento intelectual racista ao longo do século XIX

Julia Neves Toledo*

Resumo: No presente artigo pretendemos analisar a difusão de teorias científicas europeias durante o século XIX na América Latina, principalmente no Brasil, que visavam legitimar a inferioridade biológica do negro, atribuindo o atraso econômico e o subdesenvolvimento da América Latina à questão racial. O pensamento intelectual do século XIX bem como sua produção literária e historiográfica serão analisados além da resposta fornecida pela historiografia do século XX, desvinculando o atraso da América Latina da presença do elemento negro, buscando inclusive sua valorização e protagonismo na formação da sociedade não só brasileira, mas latino-americana.

Palavras-Chave: Historiografia brasileira; Pensamento Social Brasileiro; Pensamento Intelectual; Teses Racialistas; Cientificismo.

A vida é um conflito permanente, uma luta desordenada, com episódios de violência e barbaria, de crueldade bestial, de perversidade torpe. A luta começou no dia em que o primeiro aventureiro pisou na América, e ainda não cessou. (BOMFIM, 200, p.166)

O pensamento intelectual do século XIX ao analisar a miscigenação, ou a mistura entre raças ocorrida durante a colonização se preocupou basicamente em exaltar seus aspectos negativos, sendo caracterizado enquanto processo degradante e destruidor da pureza da raça branca, enaltecida como superior e pioneira no processo de colonização dos índios bárbaros e dos negros selvagens. A América Latina, nesse período, foi caracterizada como atrasada e fadada ao fracasso, incapaz de se desenvolver econômica e politicamente, devendo permanecer na sua condição de dependência e subordinação às grandes potências dominantes, nesse caso, Portugal e Espanha. A questão do atraso do Brasil e de forma similar, porém com suas próprias particularidades, dos países de colonização espanhola, foi

* Graduada em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Contato: julianevestoledo@gmail.com

historicamente analisada a partir do viés racial, pautada na suposta solução de superação através do branqueamento, visando principalmente à eliminação da presença dos negros da população.

Lilia Moritz Schwarcz (1993) aborda a forma como as teorias científicas, em sua maioria europeias, adentraram o solo tupiniquim e adquiriram tamanha legitimidade dentro do pensamento intelectual brasileiro. Segundo a autora, os intelectuais do século XIX descreviam o Brasil como uma sociedade multiétnica, no que ela classifica como “espetáculo brasileiro da miscigenação”. A autora nos apresenta inúmeras personalidades que trazem em seus discursos elementos enraizados nas teorias científicas, principalmente, a teoria do darwinismo social¹. João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional em 1911, defendeu sua tese no I Congresso Internacional de Raças², intitulada de “O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento um século de perspectiva, saída e solução”, segundo Schwarcz (1993) uma clara defesa do branqueamento enquanto solução para o Brasil. A importação de teorias e ideias europeias resultou na acomodação de modelos a uma realidade distinta de seu plano de fundo onde foram formuladas e idealizadas e, a partir do momento em que os museus, universidades e instituições de saber dão legitimidade a esses discursos, as consequências são profundas e seus resquícios permanecem até os dias de hoje.

Lilia Moritz Schwarcz (1993) afirma que, com a vinda da família real para o Brasil, o monarca português estabeleceu no país uma série de instituições centralizadoras que visavam, principalmente, reproduzir de forma perfeita o antigo domínio colonial. “[...] com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, inicia-se propriamente uma história institucional local”

¹ O darwinismo social foi uma escola de pensamento, baseada em Charles Darwin em sua teoria da evolução biológica das espécies animais e a ideia da seleção natural, aonde os mais fortes sobrevivem, sendo uma tentativa de aplicar o darwinismo às sociedades. Baseado nessa teoria os países Europeus justificaram seu colonialismo, exaltando a sua cultura em detrimento dos outros povos considerados bárbaros. A “missão civilizadora” foi empreendida como forma de elevar essas nações do seu estado primitivo a um nível mais desenvolvido. Ver mais em: Seyferth, Giralda. “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização.” *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB (1996): 41-58.

² Lilia Moritz Schwarcz (1993) afirma que o primeiro Congresso das raças ocorreu em Londres, em 1911, e se propôs a discutir a nação, raças e as relações internacionais no início do século XX. O Brasil teve como representantes os médicos e antropólogos João Baptista de Lacerda (1846-1915) e Edgard Roquette-Pinto (1884-1954).

Qual o problema do Brasil?: pensamento intelectual racista ao longo do século XIX

(SCHWARCZ, 1993, p. 33). A Imprensa Régia, a Biblioteca e o Museu Real são algumas das instituições trazidas por D. João, sendo as primeiras instituições científicas e culturais de referência que se instalaram no Brasil, dando base para a institucionalização do país e que possuem matriz europeia, difundindo seu pensamento por todo território brasileiro. De acordo com Schwarcz, os primeiros centros de saber enxergavam o Brasil ora como um espelho, ora como uma extensão dependente da corte portuguesa e a ela subserviente (1993, p.24).

A partir da análise da obra referida, a importância das instituições de saberes na formação do Brasil enquanto nação foi fundamental para sua construção. Os estudos raciais de diferenciação biológica e intelectual observados no Brasil a partir de meados do século XIX encontraram respaldo nessas instituições, bem como meios de difundir e divulgar suas pesquisas. Essas instituições de saberes possuíam papel importantíssimo, porém não representaram a única forma pelas quais as teorias racistas encontraram de penetrar e se difundir no Brasil, as obras literárias possuíam grande influência no pensamento intelectual, bebendo das mesmas fontes nas teorias científicas desenvolvidas naquele momento já em solo brasileiro. “Também os romances naturalistas da época faziam larga utilização e divulgação dos modelos científicos deterministas. [...] Com efeito, a moda cientificista entra no país por meio da literatura e não da ciência mais diretamente.” (SCHWARCZ, 1993, p. 32).

Em um primeiro momento as instituições de saberes, museus, liceus e universidades ainda passavam por uma fase de formação, outras só viriam a existir décadas posteriores, como foi o caso das universidades, os discursos presentes na literatura brasileira representavam, naquele momento, uma análise mais concreta e completa da realidade social do país que estava se construindo. Posteriormente, analisaremos o discurso racista presente em Silvio Romero, homem letrado do século XIX, que possuía grande respaldo e aceitação na sociedade, trazendo por meio da literatura um retrato do Brasil.

Thomas Skidmore (1976) afirma que o pensamento intelectual racista alcança seu auge entre 1880 e 1920. Em um contexto pós-abolição dos escravizados, a dificuldades que os negros encontravam de ascender socialmente e se adaptar a sua nova condição de homem

livre representavam para as elites um obstáculo para o desenvolvimento do Brasil. Vale ressaltar, a partir da análise da Skidmore, que não foram, por parte dessas elites escravocratas, oferecidas condições que possibilitassem a integração dos negros na sociedade de classes, expressão usada por Florestan Fernandes em seu livro de mesmo título. A condição que o negro encontrou, em um contexto pós-abolição, resultou na sua marginalização social respaldada pelas teorias racistas que supostamente justificavam o descomprometimento das elites e do próprio governo com ações que visassem inserir o negro na sociedade com condições dignas de vida.

O século XIX conviveu com duas tendências contraditórias nas teorias raciais, por um lado os abolicionistas triunfaram em defesa dos negros africanos levantando a bandeira da abolição, por outro lado, em detrimento das transformações sociais observadas, os pensadores europeus articulavam teorias sistemáticas de diferenças raciais biológicas. O racismo, segundo Skidmore, já havia sido definido como uma teoria pseudocientífica, porém racionalizada, que assegurava a inferioridade do preto em relação ao branco, com isso, não só o Brasil, mas toda a América Latina mostrava-se vulnerável as doutrinas racistas provenientes do exterior.

A elite brasileira passa a aceitar a tese da superioridade branca, como um fato histórico. A ideia da superioridade do branco levou alguns escritores brasileiros a endossar a suposta “degenerescência latina”, os brasileiros, de acordo com Thomas Skidmore, geralmente aceitavam o darwinismo social em princípio, onde os brancos seriam mais adaptados para viver em sociedade e por isso teriam evoluído em detrimento dos negros, estes últimos estariam fadados à extinção ou subjugação pelos brancos, procurando, os brasileiros, apenas determinar a melhor forma de aplicá-lo à sua situação nacional.

Em uma análise comparativa com os Estados Unidos da América, Skidmore afirma que a miscigenação nas terras da América do Norte era combativa veementemente por representar uma ameaça ao domínio branco racial em números. A adoção de um sistema de segregação legal viria assegurar que negros e brancos não se misturassem sob pena de crime. O Brasil, por outro lado, não possuía essa opção, devido à sua matriz de formação ser multirracial, a

Qual o problema do Brasil?: pensamento intelectual racista ao longo do século XIX

miscigenação nas terras brasileiras foi de certa forma aceita pelas elites e, por vezes, até incentivada, em uma tentativa de embranquecer a população brasileira e sua cultura. Diversos foram os autores que influenciados pelas teorias racistas norte americanas e europeias tentaram adaptá-las à realidade latino-americana, formulando novas teorias que explicariam o suposto “problema do Brasil” através da questão racial.

Século XIX: o pensamento racista no Brasil

Com o intuito de melhor situar historiograficamente o pensamento intelectual brasileiro e a discussão racista, analisaremos textos produzidos no século XIX, no qual as teorias raciais se fazem presente, principalmente, nas obras literárias e nos discursos proferidos pelos homens letrados.

Silvio Romero (1851-1914) dedicou grande parte de suas obras à analisar a sociedade brasileira e sua formação, em seus estudos busca a valorização do nacional e da cultura brasileira em detrimento do estrangeiro, ganham protagonismo, inclusive a defesa do fim da escravidão. É um dos primeiros autores a defender o reconhecimento da sociedade brasileira como fruto da miscigenação. Porém, é marcante a influência da teoria iluminista em suas obras, prevendo o autor, garantir as hierarquias da sociedade baseada no discurso racial de superioridade, não negando as teorias racistas e propondo que a melhor maneira de solucionar o “problema do Brasil” seria imigrar alemães, de modo que estes absorveriam a cultura brasileira. Romero (1888) defendeu a “teoria da degenerescência do mestiço”, na qual a miscigenação e, conseqüentemente, os mestiços, levariam a sociedade a degenerar-se, devido à incapacidade destes se civilizarem.

Silvio Romero teve grande importância para a legitimação do discurso racista no Brasil. Suas obras literárias serviram como porta de entrada para as teorias científicas europeias aplicadas a sociedade brasileira, culminando na aceitação do preconceito racial, bem como na discriminação das raças. Ainda que não fosse declarado oficialmente, é sabido que a discriminação por cor teve papel predominante nas relações sociais no Brasil República, e

ainda está presente fortemente na sociedade brasileira, tamanha a legitimação que as teses racistas obtiveram em escala mundial.

Dentre os intelectuais que tiveram seus estudos no século XIX influenciados pelas teorias raciais importadas do exterior, é importante citar o renomado médico Nina Rodrigues (1862-1906). Apesar de seu pioneirismo ao ressaltar a importância das contribuições do negro para a sociedade, não abandona as teses da inferioridade da raça negra e do “problema do negro” no Brasil, assim como Silvio Romero. Segundo Nina Rodrigues (1935), o problema seria amenizado através do processo de miscigenação, mistura de raças, tão comum naqueles anos. Uma tentativa de branqueamento racial, fortemente combatida em anos posteriores, devido seu propósito de eliminar ou amenizar presença negra no Brasil.

Ao analisarmos a obra de Nina Rodrigues (1935), observamos a sua defesa de que a inferioridade do africano tinha sido determinada para além de qualquer dúvida científica, defendendo, inclusive, um sistema penal diferenciado para negros e brancos, pois as características raciais intrínsecas aos negros afetariam sua conduta social, negros e índios possuíam uma “responsabilidade atenuada”, como era de se esperar, representando um problema a ser resolvido. Para Nina Rodrigues, o Brasil não possuía solução, e dois fatores eram considerados por ele as principais causas para os problemas do Brasil, a primeira delas era o clima tropical, que representava uma forte barreira oposta ao branco, a outra causa seria as vastas proporções de mestiçagem, que ao longo prazo, privava a liderança marcante da raça branca.

Oliveira Viana (1883-1951), autor que pensava a formação do povo brasileiro, afirma que seu livro, um clássico do pensamento nacional, “Populações Meridionais do Brasil” (1920), revela as falhas, acentua os defeitos, mostra as linhas da inferioridade e desfaz as ilusões do povo brasileiro a respeito de sua própria capacidade, afirmando que seu único propósito foi ser exato, sincero e veraz. As aspirações do povo brasileiro de se desenvolver e romper com a condição de dependente econômica e politicamente, segundo Oliveira Viana (1920), provém do fato de criarmos um Brasil *made in Europe*, afastado de sua realidade, de suas fraquezas, das suas incapacidades, de suas insuficiências e de suas misérias. Para Oliveira

Qual o problema do Brasil?: pensamento intelectual racista ao longo do século XIX

Viana (1920), o povo brasileiro era incapaz que assinalar os seus defeitos e a incapacidade de sua raça.

Há um século estamos sendo como os fumadores de ópio, no meio de raças ativas, audazes, progressivas. Há um século estamos vivendo de sonhos e ficções, no meio de povos práticos e objetivos. Há um século estamos cultivando a política do devaneio e da ilusão diante dos homens de ação e de preá, que, por toda parte, em todas as regiões do globo, vão plantando, pela paz ou pela força, os padrões de sua soberania (VIANA, 1918, p. 20).

Oliveira Viana (1920) acreditava que havia um caminho para não sucumbir diante desse destino e de sua fatalidade, a mudança de métodos, levada a sério e corajosamente, os métodos de educação, política, legislação e governo. Os critérios até então dominantes para o problema da salvação, deveriam ser esquecidos, e com eles toda a ficção, as ilusões e os desejos. Renovar de ideias, refazer a cultura e reeducar o nosso caráter eram os três passos para o progresso.

Na sociedade escravista, presente em unanimidade na América latina no século XIX, as teorias da inferioridade racial viriam a justificar a coisificação do negro e a exploração da mão de obra africana, através da escravidão, fatores que explicam a sua ampla aceitação e difusão dentro das academias e do pensamento intelectual da elite. Somam-se os fatores acima citados ao suposto fardo do homem branco, reforçado e amplamente difundido pela Igreja Católica, onde os europeus brancos e eurocêntricos partilhavam da ideia de que possuíam a missão de civilizar os povos bárbaros e levar sua língua, cultura e religião até os mesmos, processo conhecido posteriormente como colonização europeia, vieram a atribuir maior legitimidade à relação de superioridade da exploração do negro pelo branco.

América Latina em questão: as possíveis soluções de superação

Persistiam entre os intelectuais da época, representantes da elite branca, dentre eles homens letrados e políticos respeitados, questionamentos sobre o suposto atraso político e econômico pelo qual sofriam, porém essa realidade não estava restrita aos intelectuais brasileiros. Em uma perspectiva mais ampla o pensamento intelectual latino americano, também fora fortemente influenciado pelas teorias racistas durante o século XIX, tamanha

sua propagação e difusão. A sociedade escravista e sua ideologia³ atribuíam o atraso político e econômico como empecilho para o desenvolvimentismo latino-americano, à presença do negro no outro lado do atlântico, e conseqüentemente o processo de miscigenação, o que representaria um problema a ser superado pelos americanos, como um pressuposto para o desenvolvimento do continente americano e sua superação enquanto continente atrasado e doente.

Eugênio Rezende de Carvalho (1998) apresenta em uma análise crítico-comparativa, quatro visões de pensadores latino americanos de diferentes países, a respeito do problema da América Latina, ou seja, do atraso econômico frente as grandes potências europeias, e as possíveis soluções defendidas por cada um deles como saída para esse “problema” latente de uma América enferma. São eles: o argentino Domingo Faustino Sarmiento, o cubano José Martí, o uruguaio José Enrique Rodó e por fim o brasileiro Manoel Bonfim.

A nova conjuntura histórica aliada a absorção por parte de sua elite intelectual de um corpo de ideias científico-filosóficas de matriz europeia acabou por gerar no seio dessa intelectualidade novas “visões” ou perspectivas interpretativas da realidade ibero-americana que formaram a base de novos projetos de identidade. (CARVALHO, 1998, p.2)

Na América Latina, nesse período, observava-se a intensificação dos discursos identitários na tentativa de uma construção de identidade e na necessidade surgida a partir de uma nação recém-criada de um sentimento de pertencimento nacional. Esses discursos eram resultado do processo de independência em relação aos países europeus, e do esforço da elite intelectual em solucionar o atraso latino americano através de explicações baseadas nas teses cientificistas do darwinismo social, a partir de um diagnóstico patológico de uma América Latina enferma e imperfeita, dominada por forças irracionais e um povo sem história, incapazes de gerar o progresso.

Dentre os pensadores analisados por Eugênio de Carvalho, o argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), foi presidente da Argentina em 1868, tendo como uma de

³ Entende-se ideologia segundo o conceito de Karl Marx, em “A Ideologia Alemã”, significando um conjunto de proposições elaborado na sociedade burguesa, com a finalidade de fazer aparentar os interesses da classe dominante com o interesse coletivo, construindo uma hegemonia da classe dominante.

Qual o problema do Brasil?: pensamento intelectual racista ao longo do século XIX

suas pautas de governo o incentivo a imigração europeia na perspectiva de embranquecer a sociedade argentina e levá-la ao progresso. Seu livro *Civilização e Barbárie* (1845) é uma de suas principais obras, sendo reconhecida mundialmente. Sarmiento (1845) sustenta a defesa de que era preciso romper com o passado de barbárie, se inspirando no modelo europeu, para alcançar o caminho da civilização. O grande sujeito de seu projeto, capaz de levar a civilização a América, seria o imigrante europeu.

Sarmiento (1845) revela a maneira como o corpo ideológico de doutrinas científicas e filosóficas, presentes na Europa naquele momento, influenciava o pensamento latino americano, de tal forma que o legado cultural indo ibérico deveria ser negado e reconstruído, herdando inclusive, o racismo e a discriminação racial presente nessas doutrinas europeias. A mestiçagem aparece como o ápice da barbárie e conduziria a humanidade à degeneração e à incapacidade devido à inferioridade do homem americano, resultado da miscigenação entre diferentes raças e etnias. A presença do negro e dos nativos representaria a causa do atraso econômico e um empecilho para o desenvolvimento latino-americano, tese que contribuirá para a disseminação da vergonha da cor e da origem dos latino-americanos.

Apesar da teoria de Sarmiento ser amplamente aceita pela historiografia tradicional da época e pela elite intelectual branca, haviam autores, pensadores e intelectuais que se contrapunham as teses científicas e racistas importadas para a realidade latino-americana. O cubano José Martí (1853-1895), autor analisado por Eugênio de Carvalho, escreve no final do século XIX, questionando as teses de Sarmiento e o pensamento intelectual racista de todo um século que ficava pra trás, um contraponto a historiografia dominante e ao pensamento intelectual hegemônico começava a ganhar espaço na história. A trajetória política de Martí não pode ser desconsiderada, além de criar o Partido Revolucionário Cubano (PRC) organizou a Guerra de 1895 ou Guerra Necessária, sendo o grande mártir da Independência de Cuba em relação à Espanha.

Martí (1891) traça um panorama diferente de Sarmiento, e se contrapondo as visões comuns à época, valorizando a identidade latino-americana e os aspectos culturais peculiares e autóctones em sua totalidade, a partir dessa nova visão é que surge o conceito de “Nuestra

América”⁴. Para o cubano, a América Latina, a “nuestra”, sofria com ameaças que causavam o seu atraso e incapacidade de se desenvolver, dentre eles os vícios da herança colonial e criticava veementemente a importação de modelos europeus para explicar a realidade latino-americana, e as mazelas pela quais sofria.

A obra de José Martí possui extrema importância na construção de um projeto de identidade com bases autóctones, tão necessários à América Latina naquele momento de recente independência de suas colônias e formação de sua identidade e de seu passado histórico. A discussão trazida em seu livro *Nuestra América* se propõe a analisar a cultura e a história dos povos americanos, em busca justamente de formar uma identidade nacional que correspondesse a sua história e auxiliasse a construção de uma América latina independente e desenvolvida. Como solução para os problemas latino-americanos, Martí defendia a criação da “Nuestra América”, pois acreditava que a unidade na ação transformaria a América Latina e sua realidade de atraso e dependência em relação às grandes potências, principalmente os Estados Unidos da América, que vinham expandindo sua influência em seus países vizinhos a fim de atender seus interesses expansionistas e imperialistas⁵, disputando a hegemonia mundial desde o século XIX.

A questão da raça negra ou da mestiçagem enquanto um fator de inferioridade dos americanos em relação aos europeus e a atribuição da presença da população negra ou mestiça na América como causadores do atraso econômico e político latino-americano, como analisamos em Sarmiento (1845), são desmistificados em José Martí (1891), que propõe o orgulho americano, como um dos mecanismos de seu projeto de identidade latina. O povo latino americano seria o único capaz de conhecer suas verdadeiras necessidades e superar seus problemas a partir de sua própria força e fé, de forma nova e original, autóctone e particular.

⁴ O termo “Nuestra América” é apresentado por José Martí em seu livro intitulado com o mesmo nome, onde Martí defende a tese de uma América unida em defesa de seus próprios interesses e não em detrimento das potências europeias e dos Estados Unidos América e suas demandas a favor do desenvolvimento e progresso científico e tecnológico.

⁵ Entende-se imperialismo segundo o conceito de Lênin, apresentado em “Imperialismo, Fase Superior do capitalismo”, publicado em 1917, significando a fase superior do capitalismo.

Qual o problema do Brasil?: pensamento intelectual racista ao longo do século XIX

O brasileiro Manoel Bonfim, também trazido por Eugênio de Carvalho, defendia a miscigenação que ocorreu historicamente no Brasil, valorizando-a e negando a validade das teorias racistas em voga. Via na educação o “remédio” para o atraso do Brasil, para a emancipação das classes populares. Foi um crítico de Silvio Romero, polemica que gerou um intenso debate no século XX sobre as questões raciais se propôs a analisar quais seriam os males da América Latina. Bonfim (1905) combate as teorias das raças inferiores, o “darwinismo social” e a mestiçagem como fator de degeneração da espécie. Bonfim, segundo Eugenio de Carvalho (1998), se questionava: com base em que critérios se poderia afirmar essa incapacidade do progresso? Manuel do Bonfim formulou as respostas na sua teoria do “parasitismo social” que representaria um obstáculo para o progresso nas terras latino americanas.

Manuel Bonfim (1905), afirma que o “parasitismo social” enfatizava a lógica da dominação externa pelo colonialismo combinada com a dominação interna imposta pelas elites dirigentes, causando profundos males aos povos latino-americanos. Bonfim (1905) acreditava que o parasitismo impunha três efeitos gerais: o enfraquecimento do parasitado; as violências que se exercem sobre eles; e a adaptação do parasitado às novas condições de vida.

O século XX e a resposta historiográfica

A visão negativa do período colonial, o desprezo pela colonização ibérica e sua herança na sociedade brasileira protagonizou grande parte produção historiográfica brasileira do século XX, em contraposição ao século XIX, que atribua o atraso do Brasil à presença do negro e à miscigenação. A historiografia brasileira do século XX, republicana, visava à valorização do povo brasileiro, mestiço, mulato, miscigenado, enaltecia a particularidade e singularidade do Brasil, buscando respaldo no regionalismo e na cultura nacional.

Florestan Fernandes (1965), ao analisar o período pós-abolição, desmistifica a ideia de que o fim da escravidão e posteriormente a instauração da República haviam trazido a igualdade entre brancos e negros. O argumento defendido pelo autor afirma que na verdade

negar o processo de marginalização do negro e da população de cor⁶ na sociedade republicana foi o meio mais simples que a elite encontrou de solucionar o “problema racial” pelo qual sofriam as superestruturas e infraestruturas da sociedade.

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. [...] O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. (FERNANDES, 2008, p.29)

Os estudos de Florestan Fernandes contribuíram para analisarmos como o projeto republicano de nação não se preocupou em inserir os negros na sociedade, sendo o mesmo tão excludente nas questões raciais e culturais, em relação ao negro e ao índio, quanto o predecessor, prevendo a manutenção das hierarquias e relações de poder baseadas na cor.

Darcy Ribeiro (1922-1997) foi um antropólogo brasileiro que se empenhou na causa indígena e em estudar a formação do povo brasileiro, feito materializado em sua última obra de título *O Povo Brasileiro* (1995), e em que aborda a formação histórica, étnica e cultural do povo brasileiro, com impressões baseadas nas experiências de sua vida. Foi um dos principais educadores e pensadores do século XX, sendo ministro da educação do governo de João Goulart e vice-governador de Brizola no Estado do Rio de Janeiro.

Darcy Ribeiro (1995) analisa o pensamento intelectual no século XIX, que, até então, estava restrito à elite branca dominante, na tentativa de responder aos questionamentos de porque o Brasil ainda não havia dado certo, afirmando que a produção intelectual da época se construiu a partir de teorias eurocêntricas que não valorizavam a experiência história brasileira, naquela velha tentativa de adequação de padrões e modelos europeus à realidade latino-americana. O que Darcy Ribeiro se empenha durante 30 anos é escrever a história do

⁶ Carlos Hasenbalg (1996) utiliza o termo “populações de cor” para se referir a todos os indivíduos de cor de pele diferente do branco devido a dificuldade de se caracterizar a cor da população brasileira, resultado do intenso processo de miscigenação que sofreu desde a colonização portuguesa.

Qual o problema do Brasil?: pensamento intelectual racista ao longo do século XIX

povo brasileiro, reconstruir o processo de formação dos povos americanos, para somente assim explicar as causas do desenvolvimento desigual e dependente.

Meu sentimento era de que nos faltava uma teoria geral, cuja luz nos tornasse explicáveis em seus próprios termos, fundada em nossa experiência histórica. As teorizações oriundas de outros contextos eram todas elas eurocêntricas demais e, por isso mesmo, impotente para nos fazer inteligíveis. Nosso passado, não tendo sido o alheio, nosso presente não era necessariamente o passado deles, nem nosso futuro um futuro comum (RIBEIRO, 1995, p.13).

O pensamento intelectual do século XIX, fortemente influenciado pelas teorias racistas europeias, as mesmas utilizadas para legitimar a escravidão racial, atribuiu o subdesenvolvimento e o atraso dos países que foram colonizados na América Latina à presença do negro na sociedade, ou seja, a uma questão racial, sem problematizar a necessidade por parte das potências europeias de perpetuar a condição da América Latina de dependente e incapaz de “andar com suas próprias pernas”. Muitos destes países, apesar de terem alcançado sua independência política durante o século XIX, como foi o caso do Brasil, o imperialismo europeu reformulou seus mecanismos de dominação, baseados na crença da incapacidade na América Latina se desenvolver. O século XX, de um modo geral, foi responsável por fornecer uma resposta à equivocada associação do elemento negro presente na sociedade latino americana ao atraso da mesma. A valorização da presença do negro e seu protagonismo na formação do povo latino foram apontados como um dos caminhos da superação da condição latino americana de dependência, além da necessidade de uma análise crítica e autóctone da colonização europeia e suas permanências em nosso território.

Referências bibliográficas

- BOMFIM, M. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- DE CARVALHO, E. R. **Ideias e identidade na América: quatro visões**. São Paulo: Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC, 1998.
- FERNANDES, F. **Integração do Negro na Sociedade de Classes**, V. 2. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- HASENBALG, C.; MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. **Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil**. Raça, ciência e sociedade, p. 235-249, 1996.

MARTÍ, J. **Nossa América**. São Paulo: Hucitec, 1983.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, R. N.; PIRES, H.; SALES, F. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: B. LGarnier, 1888.

SARMIENTO, D. F. **Facundo: civilização e barbárie**. Petrópolis: Vozes, 1997

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, G. **Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização**. Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB (1996): 41-58.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**, V.9. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

VIANA, O. **Populações meridionais do Brasil**; e, Instituições políticas brasileiras. Vol. 14. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1982.